



**TERMO DE REFERÊNCIA – AQUISIÇÕES – CONTRATAÇÃO DIRETA**

Processo SGPe nº JUCESC 289/2026

**ÓRGÃO SOLICITANTE**

**JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

**1. OBJETO**

Aquisição de furadeira e parafusadeira para realização dos serviços gerais da JUCESC.

**1.1. Especificações e quantidades**

LOTE	CÓDIGO NUC	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
ÚNICO	002771001	Fornecimento de <b>furadeira de impacto tipo martelete perfurador/rompedor</b> , com as seguintes características mínimas: <ul style="list-style-type: none"><li>• Potência mínima: <b>820W</b>;</li><li>• Energia de impacto mínima: <b>2,7 Joules</b>;</li><li>• Frequência de impactos: mínimo de <b>5.100 impactos por minuto (IPM)</b>;</li><li>• Rotação sem carga: mínima de <b>0 a 1.300 RPM</b>;</li><li>• Sistema de encaixe: <b>SDS Plus</b>;</li><li>• Funções: mínimo de <b>3 modos de operação</b> (perfuração, perfuração com impacto e rompedor);</li><li>• Capacidade mínima de perfuração em concreto: <b>20 mm</b>;</li><li>• Alimentação elétrica: <b>220V ou bivolt</b>;</li><li>• Cabo de alimentação com comprimento mínimo de <b>4 metros</b>;</li><li>• Empunhadura principal emborrachada e <b>empunhadura auxiliar ajustável</b>;</li></ul>	Unidade	01(Um)



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS  
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
GERÊNCIA DE APOIO OPERACIONAL

		<ul style="list-style-type: none"><li>• Sistema de segurança com <b>embreagem de proteção contra travamento</b>;</li><li>• Peso máximo: <b>3,0 kg</b>;</li><li>• Acessórios inclusos:<ul style="list-style-type: none"><li>○ 01 (um) limitador de profundidade;</li><li>○ 01 (uma) empunhadura auxiliar;</li><li>○ 01 (uma) maleta para transporte;</li></ul></li><li>• Produto novo, sem uso, acompanhado de manual de instruções em português.</li></ul>		
ÚNICO	013714008	Fornecimento de <b>parafusadeira/furadeira de impacto a bateria</b> , com as seguintes características mínimas: <ul style="list-style-type: none"><li>• Tensão da bateria: <b>20V ou superior</b>;</li><li>• Capacidade da bateria: mínimo de <b>2,0 Ah</b>, tecnologia <b>íon de lítio</b>;</li><li>• Quantidade de baterias: <b>02 (duas) baterias recarregáveis</b>;</li><li>• Motor do tipo <b>Brushless (sem escovas de carvão)</b>;</li><li>• Mandril: <b>1/2" (13 mm)</b>, preferencialmente metálico e de aperto rápido;</li><li>• Velocidades: mínimo de <b>2 velocidades mecânicas</b>;<ul style="list-style-type: none"><li>○ Baixa: até <b>550 RPM</b>;</li><li>○ Alta: até <b>1.750 RPM</b>;</li></ul></li><li>• Torque máximo: mínimo de <b>65 Nm</b>;</li><li>• Frequência de impacto: mínimo de <b>25.000 impactos por minuto (IPM)</b>;</li><li>• Possuir <b>função impacto</b>;</li><li>• Controle de velocidade variável e reversão;</li><li>• Sistema de proteção contra <b>sobrecarga e superaquecimento</b>;</li><li>• Bateria com <b>indicador de nível de carga (LED ou similar)</b>;</li></ul>	Unidade	01(Um)



		<ul style="list-style-type: none"><li>• Carregador bivolt automático, com tempo máximo de recarga de até <b>2 horas</b>;</li><li>• Empunhadura ergonômica emborrachada;</li><li>• Acompanhada de maleta ou bolsa para transporte;</li><li>• Produto novo, sem uso, acompanhado de manual de instruções em português.</li></ul>		
--	--	--	--	--

### 1.2. Da natureza do objeto

- (X) Não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto n.º 2.355, de 16 de dezembro de 2022
- (X) Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, com características e especificações usuais de mercado.

### 2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

#### a) Da Situação Atual:

Atualmente, a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina – JUCESC não dispõe de parafusadeira e furadeira adequadas ou em quantidade suficiente para a execução de serviços gerais de manutenção. Essa limitação compromete a agilidade na execução das atividades operacionais, podendo ocasionar atrasos e a necessidade de acionamento de serviços externos para demandas simples.

#### b) Da Necessidade do Material Serviço:

A aquisição de uma furadeira de impacto e uma parafusadeira de impacto a bateria é necessária para viabilizar a execução de serviços rotineiros de manutenção e apoio operacional no âmbito da JUCESC.

Os equipamentos permitirão maior eficiência, autonomia e celeridade na realização das atividades, reduzindo a dependência de contratações externas para serviços de baixa complexidade.

#### c) Do Critério para Definição dos Quantitativos Necessários:

O quantitativo foi definido com base na necessidade mínima para atendimento das demandas da unidade, sendo suficiente a aquisição de 01 (uma) unidade de cada equipamento, considerando o porte das atividades desenvolvidas e o uso compartilhado entre os servidores da área operacional.

#### d) Do Benefício:

A aquisição dos equipamentos proporcionará maior eficiência e agilidade na execução dos serviços de manutenção, contribuindo para a melhoria das condições de trabalho dos servidores e para a adequada conservação das instalações da JUCESC.

Além disso, possibilitará a redução de custos com contratações externas para serviços simples, promovendo maior economicidade para a Administração Pública.



**e) Das Unidades Atendidas:**

A presente contratação atenderá o prédio sede da JUCESC.

**f) Do Levantamento de Mercado:**

O levantamento de mercado foi realizado com base em pesquisa de preços efetuada em fontes prioritárias, tais como o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e o Painel de Preços do Estado de Santa Catarina, bem como em fontes secundárias, incluindo sítios eletrônicos especializados e de domínio amplo.

Verificou-se que os equipamentos pretendidos são classificados como bens comuns, amplamente disponíveis no mercado, com diversas opções de fornecedores e modelos que atendem às especificações técnicas definidas.

Diante disso, conclui-se que a solução adotada é viável técnica e economicamente, sendo a aquisição direta dos equipamentos a alternativa mais adequada para atendimento da necessidade identificada.

**g) Estimativa do Valor da Contratação:**

A estimativa do valor da contratação foi obtida com base na média aritmética simples dos preços coletados nas fontes pesquisadas, conforme memória de cálculo constante na planilha de preços anexada ao processo.

O valor total estimado para a contratação é de **R\$ 1.816,19**.

**h) Justificativa do Parcelamento ao não da Contratação:**

Não se mostra tecnicamente ou economicamente viável o parcelamento da contratação, tendo em vista tratar-se de itens de natureza comum, de baixo valor e geralmente fornecidos por um mesmo fornecedor.

Dessa forma, a contratação conjunta dos itens contribui para maior eficiência administrativa e possível obtenção de melhores condições comerciais.

**i) Do Posicionamento Conclusivo sobre a Adequação da Contratação para Atendimento da Necessidade da Contratação a que se destina:**

Diante do exposto, conclui-se que a contratação pretendida é adequada e necessária para o atendimento das demandas da JUCESC, estando devidamente justificada sob os aspectos técnico e econômico, em conformidade com a legislação vigente.

### 3. DOS PARÂMETROS DA LICITAÇÃO

**3.1. Haverá necessidade de vistoria prévia (visita técnica)?**

- Vistoria obrigatória  
 Vistoria facultativa  
 Não será exigida vistoria.

Justificativa:

Não será exigida vistoria técnica, tendo em vista que o objeto da contratação refere-se à aquisição de bens comuns, com especificações técnicas claramente definidas neste Termo de Referência, não havendo necessidade de visita prévia ao local para elaboração de proposta.



**3.2. Será admitida a participação de consórcios?**

Não

Sim

Justificativa:

Não será admitida a participação de consórcios, tendo em vista tratar-se de contratação de baixa complexidade e de objeto comum, amplamente disponível no mercado, não havendo necessidade de conjugação de esforços entre empresas para sua execução.

**3.3. Será admitida a participação de cooperativas?**

Não

Sim

**3.4. Será admitida a subcontratação?**

Não

Sim

**3.5. Do agrupamento de itens em lotes**

A aquisição/contratação se dará em lotes/lote único?

Não

Sim

Justificativa:

A contratação será realizada em lote único, tendo em vista que os itens possuem natureza comum e complementar, sendo usualmente fornecidos por um mesmo fornecedor.

O agrupamento em lote único não compromete a competitividade do certame, considerando que há ampla oferta desses produtos no mercado por diversos fornecedores.

Além disso, a contratação conjunta proporciona maior eficiência administrativa, simplificação do processo de aquisição e potencial economia de escala, com redução de custos operacionais e logísticos.

**4. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA**

4.1. Serão exigidos documentos adicionais juntamente com a proposta de preços (para análise da equipe técnica na fase de julgamento da proposta final de preços):

Não

Sim



4.2. Será exigido amostra do(s) produto(s)/demonstração do(s) serviço(s):

Não

Sim

4.3. Será exigida prova de conceito?

Não

Sim

4.4. Será exigida carta de solidariedade?

Não

Sim

4.5. Será exigida garantia de proposta?

Não

Sim

## 5. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### 5.1. Habilitação fiscal, social e trabalhista

a.  Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

(Link para consulta: [https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/servicos/cnpjreva/cnpjreva\\_solicitacao.asp](https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/servicos/cnpjreva/cnpjreva_solicitacao.asp) )

b.  Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

(Link para consulta: <https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/servicos/certidaointernet/pj/emitir>)

c.  Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

(Link para consulta : <https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>)

d.  Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

(Link para consulta : <https://cndt-certidao.tst.jus.br/inicio.faces>)



- e. ( ) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

- f. (X) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital de Santa Catarina e do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

(Link da Fazenda Estadual de Santa Catarina:  
<https://sat.sef.sc.gov.br/tax.NET/Sat.CtaCte.Web/SolicitacaoCnd.aspx>)

- g. (X) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

- h. (X) Prova de Regularidade com TCU, CNJ (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, CEIS (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e CNEP (Cadastro Nacional de Empresas Punidas) mediante consulta junto ao Tribunal de Contas da União.

(link para consulta: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

- i. (X) Prova de Regularidade no CADPEN (Cadastro de Penalidades Administrativas aplicadas a fornecedores por órgãos e entidades pertencentes ao Poder Executivo do Estado de Santa Catarina), mediante consulta junto ao site CadPen.

(link para consulta: <https://cadpen.sc.gov.br/cadpen/#>)

- j. ( ) Prova de Regularidade no Simples Nacional para identificação de MEI.

Caso o fornecedor se enquadre na condição de microempreendedor individual, prestando serviços nos ramos de hidráulica, eletricidade, pintura, alvenaria, carpintaria ou reparo de veículos, no valor da proposta deverá incluir alíquota de 20% referente a contribuição patronal (LC 123/2006, art. 18-B, caput e § 1º). Pelo valor total da proposta, a administração entenderá que tal alíquota está incluída.

(link para consulta: <https://www8.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional/aplicacoes.aspx?id=21>)

- k. ( ) Contrato Social da empresa e possível alteração que conste a designação dos representantes legais atuais nos casos de contratação em que seja exigida a formalização por meio de Termo de Contrato conforme Item 8.1 deste Termo de Referência.

- l. ( ) Foto da fachada da empresa nos casos de contratação em que seja exigida a formalização por meio de Termo de Contrato conforme Item 8.1 deste Termo de Referência.(LEI 17983/2020).

## 5.2. Qualificação técnica



Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional .....(escrever por extenso, se o caso), em plena validade.

Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

Prova de atendimento aos requisitos previstos na lei

Outras exigências de qualificação técnica:

## 6. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

### 6.1. Prazo de entrega/execução

Até 30 (trinta) dias ininterruptos contados do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou documento equivalente.

### 6.2. Local, horário e endereço de entrega

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina  
Endereço: Av. Rio Branco, 387 - Centro, Florianópolis - SC, 88015-201  
Horário - das 08:00 às 17:00

### 6.3. Bens perecíveis

Não

Sim

### 6.4. Garantia de execução do contrato

Será exigida garantia de execução do contrato, nos moldes do Arts 96 a 102 da Lei nº 14.133/21, em valor correspondente a ..... % do valor total do contrato?

Não

Sim

### 6.5. Garantia do produto/serviço, manutenção e assistência técnica

Garantia e/ou assistência técnica

Especificar condições:



Os equipamentos deverão ser entregues novos, em perfeitas condições de funcionamento e acompanhados de manual em português.  
O fornecedor deverá garantir o funcionamento adequado dos bens **pele prazo mínimo de 12 (doze) meses** a contar da data da entrega definitiva, contra defeitos de fabricação.  
Durante o período de garantia o fornecedor fica responsável pela substituição de peças e/ou reparos necessários, sem ônus adicional para a Administração. Caso o equipamento apresente defeito irreparável, deverá ser substituído por outro novo, de mesmas características ou superiores dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da comunicação formal.

## 7. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

### 7.1 Da contratada

Obriga-se a empresa vencedora:

- a) atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato, limitada ao quantitativo de cada item;
- b) ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital de Contratação Direta, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- c) responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do Edital de Contratação Direta;
- d) reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- e) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;
- f) apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;
- g) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto da contratação;
- h) manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
- i) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- j) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- k) mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da



fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;

- l) manter endereço eletrônico (e-mail) e telefone válidos para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;
- m) realizar cadastro no Portal Externo do SGP-e (<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/inicio>) para que possa assinar eletronicamente com certificação digital e-CPF TODOS os documentos firmados com a contratante (como realizar a assinatura digital: [https://sgpe.sea.sc.gov.br/capdoc/pergunta\\_frequente/nova-como-realizar-a-assinatura-digital-via-portal-externo/](https://sgpe.sea.sc.gov.br/capdoc/pergunta_frequente/nova-como-realizar-a-assinatura-digital-via-portal-externo/)).

## 7.2 Da contratante

Obriga-se a Administração/Contratante:

- a) comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
- b) efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na Dispensa de Licitação e no Contrato;
- c) promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- d) rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
- e) observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- g) prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- h) demais condições constantes do Edital de Contratação Direta.

## 8. DO CONTRATO (ou DA CONTRATAÇÃO, no caso de ser via nota de empenho)

### 8.1. INSTRUMENTO CONTRATUAL

- Termo de Contrato;
- Termo de Contrato + Autorização de Fornecimento;
- Nota de Empenho;



OBS.: Em caso de substituição do instrumento de contrato, aplica-se, no que couber, o disposto no art. nº 92 da Lei nº 14.133/2021

## 9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

### 9.1 Prazos

Prazo de troca de bens rejeitados: 30 (trinta) dias

Prazo de recebimento definitivo do objeto: 30 (trinta) dias

Prazo de liquidação do documento fiscal: Até o 20º dia do mês posterior à prestação dos serviços ou recebimento dos materiais, desde que útil, e desde que a despesa esteja devidamente atestada pelo agente responsável

### 9.2 Requisitos de Medição

A contratada deverá entregar os equipamentos de acordo com as especificações e prazos previstos neste Termo de Referência

### 9.3 Condições de Pagamento

- a) As despesas resultantes do presente Termo de Referência serão pagas de acordo com a proposta de preços apresentada pela empresa julgada vencedora;
- b) O pagamento será realizado por intermédio do Banco do Brasil, mediante apresentação da nota fiscal/fatura, até o 30º (trigésimo) dia do mês subsequente do aceite do recebimento definitivo, desde que útil\*, e desde que a despesa esteja devidamente atestada pelo agente responsável, condicionado ainda ao efetivo repasse financeiro da Secretaria de Estado da Fazenda, quando cabível e comprovada a regularidade fiscal e trabalhista da Contratada, com a apresentação dos seguintes documentos:
  - I. Certidão Negativa de Débitos expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;
  - II. Certidão Negativa de Débitos Estadual, de Santa Catarina e do Estado sede da empresa;
  - III. Certidão Negativa de Débitos Municipal, do Município sede da empresa;
  - IV. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT
  - V. Certidão de Regularidade Fiscal relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - CRF/FGTS

\* Quando a data supramencionada cair em dia não útil, o pagamento será realizado no dia útil subsequente. Em acordo com a Instrução Normativa Conjunta CGE/SEF nº 001, de 08 de Abril de 2024.

- c) Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, bem assim, em razão de dano ou prejuízo causado à Contratante ou a terceiros, não gerando essa postergação direito à atualização monetária do preço;
- d) O pagamento da fatura será suspenso se verificada inexecução do serviço ou serviço em desacordo com as especificações do termo de referência e proposta comercial, não gerando essa postergação direito à atualização monetária do preço;
- e) A empresa contratada deverá apresentar, no campo observações, da Nota Fiscal, os dados bancários: Banco, Agência com dígito e Conta Corrente que deverá ser de titularidade da contratada;



- f) Os pagamentos efetuados a crédito de outros bancos, que não seja o Banco do Brasil, serão descontados da taxa bancária, conforme legislação vigente e tabela junto ao Banco do Brasil.

#### 10. DAS SANÇÕES

Em caso de descumprimento de cláusulas dispostas no termo de referência e na proposta contratual, será aplicada as sanções constantes na Lei nº 14.133/2021 e demais legislações pertinentes

#### 11. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Sem informações adicionais

#### 12. INDICAÇÃO RESPONSÁVEL NO ÓRGÃO PELOS ENCAMINHAMENTOS DE EVENTUAIS IMPUGNAÇÕES E/OU ESCLARECIMENTOS

Nome: Gustavo Rabelo Schulter  
E-mail institucional: Gustavoschulter@jucesc.sc.gov.br  
Telefone institucional: (48) 3665-5900

Nome: Neusa Ivete Muller  
Função: Diretora de Administração e Finanças  
(Assinado digitalmente)